



Senado avalia mudança que pode baratear passagem aérea

Proposta que está na pauta do Plenário desta semana reduz o ICMS sobre querosene de aviação para voos domésticos

O semestre legislativo começa com um projeto na pauta do Plenário que pode reduzir os preços das passagens aéreas. A proposta prevê a diminuição do ICMS incidente sobre querosene de aviação para voos domésticos. Antes de votar a proposta, no entanto, os senadores devem analisar duas medidas provisórias que trancam a pauta. A MP 770/2017 prorroga o prazo para o uso do Recine, mecanismo de estímulo à construção de salas de cinema. Já a MP 771/2017 cria a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglô) para substituir a Autoridade Pública Olímpica (APO). **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Plenário do Senado volta a se reunir hoje, após recesso parlamentar, com duas MPs trancando a pauta e projeto sobre querosene para aviação

Comissão analisa nova regra para alimento transgênico

Reprodução



Os produtores não precisarão mais informar no rótulo do produto a existência de organismos geneticamente modificados se a concentração for inferior a 1% da composição total. Caso seja maior, a informação deve constar do rótulo do produto. A proposta está na pauta de amanhã da Comissão de Reforma Agrária, que também pode votar textos sobre defesa agropecuária e cultivo de flores. **8**

Letra T pode ser trocada por informação escrita na embalagem sobre haver ou não transgênico



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relatora, Marta é favorável a projeto que trata de escolas do ensino básico

Projeto define normas para material pedagógico e construção de escolas

Hoje, na primeira reunião após o recesso, a Comissão de Educação deve analisar projeto que cria

padrões mínimos para construção de equipamento pedagógico em escolas da educação básica. **7**

Aposentadoria especial é tema de audiência hoje em colegiado **6**



Leia, encartado na edição de hoje, o **Jornal Senado Mulher**



Ação do cidadão ajuda no combate à violência



Operação policial em 2007 na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro

André Mourão/AGF/Folha Imagem

A participação popular é apontada por especialistas como essencial para alterar o quadro de violência no Brasil, onde ocorre um assassinato a cada 9 minutos. A CPI do Assassinato de Jovens e o *Atlas da Violência 2017* mostram que negros entre 15 e 29 anos são a maioria das vítimas. De 2005 a 2015, a taxa de homicídios de negros cresceu 18,2%. Já a de não negros caiu 12,2%. **4 e 5**

Fim do Fundo Partidário aguarda relator na CCJ

Projeto apresentado pelo senador Cristovam Buarque está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e prevê que os partidos políticos sejam financiados exclusivamente por seus apoiadores

EXTINGUIR O FUNDO Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos é o objetivo do PLS 198/2017, apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF) em junho passado. O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça, onde será votado em decisão terminativa, isto é, se não receber emendas não precisará ser votado pelo Plenário.

A proposta altera diversos dispositivos da Lei dos Partidos Políticos e da Lei das Eleições, retirando todas as menções ao chamado Fundo Partidário, um fundo especial de assistência aos partidos constituído pela arrecadação de multas eleitorais, recursos financeiros legais, doações espontâneas privadas e dotações orçamentárias públicas.

De acordo com a Lei dos Partidos Políticos (atualizada pela Lei 11.459/2007), 5% do total do Fundo Partidário são destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos políticos que tenham estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os demais 95% são distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Para Cristovam, o Brasil já está maduro o suficiente para



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Cristovam, agremiações políticas não devem ser financiadas pelo Estado

que seus partidos consigam custear as próprias atividades. Ele argumenta que os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado e devem ser custeados pelos próprios filiados e simpatizantes, não com recursos públicos.

Economia

A extinção do Fundo Partidário acarretará economia anual de milhões de reais aos cofres públicos, defende o senador. De acordo com Cristovam, o montante que o Fundo Partidário está distribuindo em 2017 para todos os partidos é de R\$ 869 milhões, dinheiro que poderia ser usado nas áreas de educação,

saúde, segurança e outras.

“É preciso estimular os partidos a voltarem às ruas para um contato maior com a população, para ampliar a interação com o eleitorado e a cidadania, fazendo com que as agremiações partidárias sejam efetivamente custeadas pelos seus aderentes. Se um partido político não consegue arrecadar recursos entre os seus filiados e simpatizantes para manter as suas atividades básicas é porque efetivamente não tem inserção e apoio social, cabendo mesmo questionar se deve permanecer existindo” afirma Cristovam na justificativa de seu projeto de lei.

Lei inclui abolicionista no Livro dos Heróis da Pátria

O presidente Michel Temer sancionou a Lei 13.468/2017, que inscreve o nome do prático e líder jangadeiro abolicionista Francisco José do Nascimento no Livro dos Heróis da Pátria, mantido no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

O texto que deu origem à lei (PLS 184/2014), de José Pimentel (PT-CE), foi enviado à sanção em junho.

Nascido em Canoa Quebrada, em 1839, Francisco José do Nascimento é conhecido como Dragão do Mar e é considerado o maior herói a favor da libertação dos escravos no Ceará. Pescador e marinheiro, trabalhou como prático da capitania dos portos do estado, ajudando nas manobras de atracação das embarcações.

Ele liderou os jangadeiros de Fortaleza para que

deixassem de transportar os cativos até os navios que faziam o tráfico negreiro para as províncias do sul. O levante acarretou o trancamento do porto cearense por duas vezes em 1881. A recusa do transporte dos escravos levou à decretação da abolição da escravatura na então província do Ceará, em 1884, quatro anos antes do restante do Brasil.

Com Agência Câmara

Festa do Vinho Goethe entra no calendário turístico

A Festa do Vinho Goethe vai entrar no calendário turístico oficial do país. É o que estabelece a Lei 13.470/2017, sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, e publicada na quinta-feira no Diário Oficial da União. A lei vale a partir do ano que vem.

O projeto de lei foi aprovado no Senado em junho. O relator do PLC 75/2016 foi Dário Berger (PMDB-SC).

A comemoração ocorre anualmente na primeira quinzena de julho no distrito de Azambuja, em Pedras Grandes (SC).

Azambuja recebeu a primeira colônia de imigrantes italianos na região sul de Santa Catarina. Eles desenvolveram o cultivo da uva Goethe e a produção de um vinho diferenciado. Em 2011, a bebida recebeu o registro

de Indicação Geográfica de Procedência (IGP), a primeira do estado. Este ano houve a décima edição da festa.

— Além de colaborar para o resgate e a valorização da imigração italiana, parte integrante da cultura nacional, a festa fomenta o comércio, o turismo e os serviços na cidade de Pedras Grandes e em toda a região sul do estado — afirmou Dário Berger.

Candidatos já podem se inscrever nos cursos a distância do ILB

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado, oferece os cursos de administração pública descritiva, fundamentos de ciência econômica, gestão do conhecimento legislativo, licitação e contratos administrativos, orçamento público avançado, organização de gabinete parlamentar, redação e técnica legislativa e técnicas em didática para educação a distância (EaD).

Todos têm carga horária de 60 horas, são gratuitos e abertos a qualquer cidadão, embora os servidores do Legislativo nas três esferas (federal, estadual e municipal), bem como de órgãos conveniados ao ILB, tenham preferência.

As inscrições estão disponí-

veis pelo link <http://saberes.senado.leg.br> ou pelo site www.senado.leg.br/ead, na plataforma Saberes, do ILB.

Para ter direito à prioridade como servidor do Legislativo e de órgãos conveniados, o candidato deverá cadastrar seu email institucional no Saberes.

As confirmações de matrícula serão feitas via e-mail em 14 de agosto. Os alunos selecionados precisam acessar os cursos pelo menos três vezes por semana e realizar as tarefas planejadas para obter aproveitamento satisfatório e receber o certificado.

Qualquer outra informação pode ser solicitada pelo e-mail ilbead@senado.leg.br ou pelo telefone (61) 3303-1475.

Polícia Militar de Goiás será homenageada na quinta

O Senado realiza nesta quinta-feira, às 9h, sessão especial para homenagear a Polícia Militar do Estado de Goiás, que completa 159 anos.

A instituição teve origem no Império, em 28 de julho de 1858, quando o presidente da província de Goiás, Januário da Gama Cerqueira, sancionou uma resolução criando a Força Policial de Goiás.

Na justificativa da homenagem, o senador Wilder Moraes (PP-GO) afirma que a PM de Goiás se destaca nacionalmente por possuir um efetivo qualificado, do qual se exige nível superior para o ingresso na carreira de praça e formação jurídica para a carreira de oficial.

“Tais exigências resultaram em um melhor atendimento

social, por meio do conhecimento técnico e da conscientização social advindos do convívio acadêmico prévio ao ingresso nas fileiras da corporação”, diz Wilder.

O senador ressalta que os avanços no decorrer dos anos se estendem a diversas outras áreas, como a difusão de patrulhas especializadas na proteção da mulher. Para ele, homenagear os profissionais é também uma forma de homenagear o estado e os goianos.

“Busca-se enaltecer não apenas a relevante trajetória da Polícia Militar, mas a história do próprio estado. O objetivo último da homenagem é o cidadão goiano, que faz parte da construção dessa instituição e dá razão à sua existência”, destaca.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

<p>CDH Aposentadorias especiais 9h Audiência sobre reforma previdenciária, com foco nas aposentadorias especiais.</p> <p>CE Construção de escolas 11h30 Na pauta de 14 itens, o PLS 525/2009, que prevê padrão mínimo para construção de escolas, e o PLS 389/2016, que antecipa a comemoração de feriados.</p>	<p>CMA Exploração de recursos minerais 11h30 A comissão pode votar o PLS 63/2017, que agrava pena para exploração irregular de recursos minerais, e mais 16 itens.</p> <p>PLENÁRIO Sessão deliberativa 14h Duas MPs na pauta: 770/2017, que prorroga o Recine, e 771/2017, que cria autoridade para administrar o legado olímpico.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

TV: senado.leg.br/TV

ICMS para setor aéreo está na pauta do Plenário

Projeto que reduz o imposto sobre querosene de aviação para voos comerciais pode ser votado esta semana. Antes, duas medidas provisórias precisam ser analisadas

ESTÁ NA PAUTA do Plenário o projeto que unifica a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre querosene de aviação. O PRS 55/2015 reduz de 25% para 12% o teto do ICMS sobre o combustível para voos domésticos em todos os estados. Caso seja aprovado, o texto seguirá para promulgação.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, prometeu prioridade para a proposta. O projeto é considerado importante para reduzir os preços das tarifas aéreas para estados mais distantes dos principais centros do país.

Para o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), o projeto tem o mérito de diminuir as despesas das empresas aéreas. Assim, segundo ele, o preço das passagens também deverá baixar.

Na opinião do autor da proposta, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a aprovação do projeto é indispensável para



Projeto tem por objetivo reduzir os preços das tarifas aéreas para estados mais distantes dos principais centros do país

a aviação de todo o país, em especial para os estados da região amazônica.

— Transporte aéreo para os estados da Amazônia é necessidade vital — afirmou o senador.

Para que o texto seja votado,

no entanto, os senadores deverão antes analisar duas medidas provisórias que trancam a pauta. A MP 770/2017, que trata de investimentos para a implantação de novas salas de cinema, tem que ser votada até o dia 7 para não perder o

prazo de vigência.

A medida prorroga o prazo para utilização do benefício fiscal do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). O regime suspende a

cobrança dos tributos federais que recaem sobre a aquisição de equipamentos e materiais destinados à construção ou modernização de salas de cinema.

A outra medida (MP 771/2017) cria a Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo). Trata-se de uma autarquia federal de caráter temporário para substituir a Autoridade Pública Olímpica.

A Aglo vai administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, como ginásios e parques esportivos. O prazo de vigência da MP termina no dia 10.

A pauta também traz duas propostas de emenda à Constituição. A PEC 77/2015, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), permite a prestação de contas simplificadas para os municípios de menor porte. Já a PEC 64/2016, de Jorge Viana, torna o estupro um crime imprescritível e inafiançável.

Senado poderá ter quatro CPIs simultâneas neste semestre

O Senado poderá ter quatro comissões parlamentares de inquérito (CPIs) funcionando simultaneamente neste segundo semestre. Três delas ainda estão à espera de instalação, sendo que uma ainda não tem o número mínimo de integrantes indicados pelos líderes partidários.

Duas das CPIs com instalação pendente têm como alvo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e empresas do grupo JBS, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, cujas delações premiadas, homologadas pela Justiça, têm agitado a política e a economia do país.

A CPI dos Maus-Tratos às Crianças, criada em abril, teve os integrantes designados apenas em julho e a instalação ficou acertada para o segundo semestre. A quarta comissão é a CPI da Previdência, já em andamento.

A CPI do BNDES contou com o apoio de 37 senadores, dez a mais do que o número necessário. O proponente, senador Roberto Rocha (PSB-MA), quer apurar possíveis irregularidades nos créditos concedidos pelo programa de globalização para companhias nacionais.

Atenção especial deve ser dirigida à linha de crédito operada a partir de 2007, ainda no governo do presidente Lula. Foi essa linha de crédito que permitiu aos irmãos Batista, donos da JBS, internacionalizar as operações por meio da compra de frigoríficos em



Roberto Rocha, Ataídes Oliveira e Magno Malta propuseram criação de comissões, e Paulo Paim, a prorrogação de uma

diversos países.

Para Roberto Rocha, é indispensável investigar não apenas a JBS, mas todas as chamadas “campeãs nacionais”, empresas que viraram multinacionais com dinheiro subsidiado pelo BNDES.

— Nenhum país no mundo, nem China, nem Estados Unidos ou outro, conseguiu se desenvolver sem infraestrutura. São investimentos caros e o Brasil ainda não fez o necessário, mas tem dinheiro para investir lá fora.

No caso da CPI do BNDES, faltam agora os nomes do PMDB para três vagas e uma das três indicações do Bloco Social Democrata (PSDB e DEM), que ficou em aberto após a desistência de Dalírio Beber (PSDB-SC).

Comissão mista

Os partidos ainda não indicaram os integrantes da única comissão mista prevista para o segundo semestre, a CPI Mista do BNDES/JBS e J&F — a última sigla identifica a holding que reúne todos os

negócios da família Batista.

Proposta por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e, na Câmara, pelo deputado Alexandre Baldy (Pode-GO), a comissão deve ter 16 integrantes de cada Casa.

Na última sessão do Congresso, em 13 de julho, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) perguntou a Eunício se ele tinha a intenção de indicar os nomes que faltavam ou se daria mais tempo aos líderes (pelo Regimento Comum, cabe ao presidente do Senado dirigir os trabalhos do Congresso). Eunício respondeu que insistirá com os líderes e só decidirá diretamente em última instância.

A CPI mista tem objetivos mais abrangentes em comparação com a CPI do BNDES. Além de investigar as operações do BNDES com a JBS e J&F, deve se debruçar sobre os ganhos do grupo com compra de dólares e venda de ações às vésperas da divulgação das gravações de conversas de Joesley com o presidente da República, Michel Temer,

em encontro não oficial no Palácio do Jaburu.

— Essa CPI tem muito a investigar. Além dos aportes suspeitos que o grupo dos irmãos Batista recebeu do banco estatal, também vão estar na mira os ganhos bilionários com a compra de dólares e venda das ações. Eles vão ter que explicar tanta “esperteza” — comentou Ataídes.

Baleia Azul

Já a CPI dos Maus-Tratos a Crianças e Adolescentes nasceu de requerimento de Magno Malta (PR-ES) e investigará casos de violência, abuso e pedofilia e jogos virtuais que estimulam menores a cometerem automutilação e até suicídio.

Malta menciona denúncias publicadas na imprensa em 2016, em diversos estados, a respeito de maus-tratos a crianças não apenas em ambiente doméstico, mas também em creches e escolas.

— São lugares onde as crianças deveriam estar protegidas, e não sujeitas a abusos e

agressões — destacou.

Ao falar dos jogos virtuais que induzem crianças e adolescentes a cumprir desafios macabros, ele destacou o Baleia Azul. Segundo Malta, é um empreendimento explorado por criadores de games da Rússia, mas com representantes nos mais diversos países, inclusive o Brasil.

Para enfrentar esse tipo de crime, o senador quer ouvir especialistas e órgãos públicos, como a Polícia Federal e o Ministério Público.

— Isso nos ajudará a construir uma legislação e, mais que isso, fazer uma investigação segura, para que se possa colocar na cadeia todos os criminosos que continuam abusando e conduzindo ao sofrimento emocional e moral as crianças do nosso país.

Prorrogação

A CPI da Previdência atuou em ritmo acelerado para subsidiar o futuro debate da reforma da Previdência proposta pelo governo na Casa.

Em dois meses de trabalho, a comissão realizou 18 audiências públicas com especialistas, procuradores, juízes, entidades sindicais do setor público e privado, além de empresas incluídas entre os maiores devedores de contribuições ao sistema previdenciário.

O idealizador e presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), já anunciou que pleiteará a prorrogação por mais quatro meses.

Segurança pública: solução depende de participação social

Estímulo à notificação completa e ação de conselhos comunitários podem melhorar quadro atual, de um assassinato a cada 9 minutos no país

Nelson Oliveira

QUANDO, NO DIA 30 de junho, uma bala perdida atingiu o bebê Artur, ainda na barriga da mãe, durante tiroteio entre policiais e criminosos em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, os brasileiros incorporaram mais um choque à extensa lista de episódios que marcam há décadas o dia a dia de um país efetivamente inseguro, segundo a avaliação de várias instituições especializadas no tema. A circunstância em que Artur foi baleado, em plena

perseguição da polícia militar a traficantes da Comunidade do Lixão, é o principal ingrediente do quadro de insegurança: a incapacidade do Estado de oferecer proteção aos cidadãos de forma sistemática, continuada e abrangente.

Segundo o Fórum de Segurança, realizado de 17 a 19 de julho em São Paulo, entre as soluções para mudar o atual panorama, no qual uma pessoa é morta a cada 9 minutos, estão o estímulo à notificação completa por parte do cidadão e a cobrança do esclari-

mento dos casos. "As polícias dependem da população para que seu trabalho seja eficiente, e a população precisa de polícias dispostas ao diálogo", defende o fórum. A participação social na segurança pública também é fundamental, especialmente por meio de conselhos comunitários de segurança (Consegs).

A arquiteta Flávia Portela, presidente do Conseg Brasília-Centro, tem uma avaliação positiva da atuação da entidade. — Os índices de segurança melhoram. Antes da criação do conselho, as demandas não eram atendidas com tanta agilidade.

A articulação com outros 36 Consegs é feita por meio de reuniões mensais e troca de informações.

Direito

O temor de ser assassinado acomete 62,4% dos brasileiros, segundo o Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No Nordeste e no Centro-Oeste, os percentuais chegam a 72,9% e 70,4%, respectivamente. Isso revela, segundo o sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB) Arthur Trindade, que um dos pilares básicos da cidadania vem sendo seriamente alvejado: o direito à segurança.

— O nível de violência e criminalidade leva a que o país tenha uma alta taxa de medo, o que afeta as condições de vida de deslocamento e de trabalho dos brasileiros. Uma das justificativas para nos submetemos ao Estado é o de ele nos dar segurança, o que não está ocorrendo — diz. O incidente do bebê Artur

inclui-se no ambiente onde acontece a maior parte dos assassinatos no país, segundo aponta a edição de 2017 do *Atlas da Violência*, elaborado pelo Ipea em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública: localidades pobres, com alta incidência de crimes e nas quais os jovens, principalmente negros, estão vulneráveis, sob várias formas, tanto à ação de criminosos quanto das forças de segurança.

É a mesma constelação de mazelas mapeada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens, cujo relatório, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), foi aprovado há cerca de um ano. "A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Genocídio da população negra é a expressão que melhor se enquadra", disse ele na ocasião. A presidente da CPI, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), observou que, um ano depois, "o diagnóstico está mantido. É preciso agora avançar nas causas e na adoção de medidas para combater o desenvolvimento da violência no Brasil".

O relatório da CPI, em 2013, citou 56 mil assassinatos por ano no Brasil, o que equivale a 29 mortes por 100 mil habitantes, taxa considerada alta demais pela ONU. O próprio *Atlas da Violência* aponta a ocorrência de 57.396 homicídios naquele ano. Em 2015, esse número chegou a 59.080, crescimento de 22,7% sobre 2005, quando foram registrados 48.136 assassinatos.

O viés racial dos homicídios é indiscutível: enquanto a taxa de homicídios de negros cresceu 18,2% de 2005 para 2015, a de não negros caiu 12,2% no mesmo período.

O *Atlas* aponta "falta de comprometimento" das autoridades com políticas de segurança. Mas as debilidades são grandes mesmo onde há alguma política implantada e em razoável funcionamento. "Os últimos episódios da greve da PM capixaba e o recrudescimento da violência letal em Pernambuco após 2013 nos mostram o quão frágil é o equilíbrio em torno das políticas efetivas de segurança pública", registra a publicação.

Auto de resistência

Como resultado da CPI do Assassinato de Jovens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em julho o projeto que suprime do Código de Processo Penal o chamado auto de resistência. O PLS



Eunício Oliveira (C) preside sessão do Dia Internacional da Mulher: Senado aprovou em março projetos para a segurança da mulher

239/2016 recebeu emendas em Plenário, que serão agora apreciadas pela CCJ. Lídice da Mata lembra que o dispositivo tem sido muito usado por agentes de segurança, garantindo-lhes impunidade no caso de assassinatos, principalmente de jovens pobres e negros.

Mulheres

Os melhores resultados da participação social na segurança pública têm sido obtidos por grupos organizados em torno de causas específicas, cujas reivindicações se convertem em agenda. Essa é a avaliação de Trindade, que foi secretário de Segurança Pública do DF em 2015. Ele se refere à pressão de grupos feministas que lutam para combater a violência contra a mulher há uma longa data.

Juventude perdida

Entre 2005 e 2015

+ de **318 mil** jovens assassinados no Brasil

Em 2015, **54,1%** das vítimas de homicídio tinham entre 15 e 29 anos

Taxa de homicídio média da população brasileira

28,9 mortes por 100 mil

— Começaram com as delegacias da mulher e agora temos muitas outras ações e políticas, como a Patrulha Maria da Penha [PLS 547/2015, que institui rondas policiais periódicas às residências de mulheres em situação de violência] — aponta.

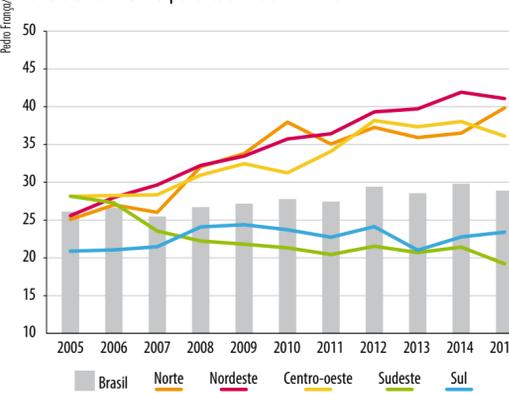
O combate ao feminicídio é o foco de uma política pública desenvolvida desde 2016 pelo Conselho Nacional

do Ministério Público (CNMP) como uma atribuição específica do órgão dentro da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), programa que, num âmbito mais geral, agrega também o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Senado também busca contri-

Crescimento das taxas de homicídio

Taxa de homicídio para cada 100 mil hab



Fonte: Atlas da Violência 2017, Ipea e FBSP

A quem recorrer:

- Corpo de Bombeiros ☎ 193
- Polícia Militar ☎ 190
- Polícia Rodoviária Federal ☎ 191
- Polícia Rodoviária Estadual ☎ 198
- Defesa Civil ☎ 199
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU (pronto-socorro) ☎ 192
- Central de Atendimento à Mulher no Brasil ☎ 180
- Direitos Humanos ☎ 100
- Disque-Defensorias Públicas ☎ 129
- Ouvidoria do Ministério Público ☎ 127
- Ouvidoria CNJ ☎ (61) 2326-4608

Saiba mais

Atlas da Violência
<http://bit.ly/atlas-violencia>

Relatório da CPI
Assassinato de Jovens
<http://bit.ly/cpi-jovem-homi>

Anuário 2016 Fórum Brasileiro de Segurança Pública
<http://bit.ly/fbsp-anu-16>

Sistema de Indicadores Sociais – Ipea
<http://bit.ly/sips-2012>

Conselhos Comunitários de Segurança Pública
<http://bit.ly/mj-conasp>

Orçamento – Siga Brasil
<http://bit.ly/siga-br-seg>

Pesquisa da FGV
<http://bit.ly/participa-seg>

Inqueritômetro do CNJ
<http://bit.ly/inqueritometro>

Lei 13.421 (violência doméstica)
<http://bit.ly/Lei13427de2017>

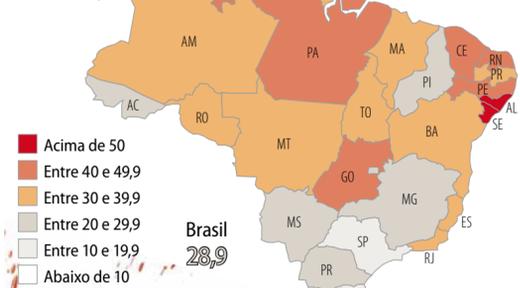
Lei 13.434 (parto sem algemas)
<http://bit.ly/Lei13434de2017>

PLS 547 (Patrulha Maria da Penha)
<http://bit.ly/PLS547de2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

O mapa da violência: quais os estados com mais homicídios

Taxas por estado (homicídios por 100.000 hab)



Número de homicídios no Brasil em 2015*
59.080

*Inclui as categorias Agressões (110) e Intervenções Legais (112) do CID-10, segundo o SIM/SVS/MS.

Fonte: Atlas da Violência 2017, Ipea e FBSP



Na CPI do Assassinato de Jovens, Lindbergh Farias (C) e Lídice da Mata (2ª à dir.) apontam "genocídio da população negra no país"

Como se mata



Mortes por intervenção policial*

3.320

Latrocínios*
2.314

*Fonte: 10º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Proporção de mortes violentas não esclarecidas em relação ao total de mortes violentas

Piores cenários no Brasil



Altas proporções de mortes violentas não esclarecidas quando comparadas às mortes por causas externas indicam problemas na qualidade do sistema de informação da saúde. Em países desenvolvidos as mortes violentas indeterminadas representam um resíduo inferior a 1% do total de mortes violentas.

Fonte: Atlas da Violência 2017, Ipea e FBSP

Recortes

Negros

Taxa de homicídios de negros em 2015

37,7 por 100 mil

Entre 2005 e 2015 houve...

...aumento de **18,2%** da mortalidade de homens negros

Taxa de homicídios de não negros em 2015

15,3 por 100 mil

Entre 2005 e 2015 houve...

...redução de **12,2%** da mortalidade de homens não negros

Mulheres

4.621 mulheres mortas em 2015

4,5 mortes a cada 100 mil mulheres

Entre 2005 e 2015 houve...

...aumento de **22%** da mortalidade de mulheres negras

...redução de **7,4%** da mortalidade de mulheres não negras

Fonte: Atlas da Violência 2017, Ipea e FBSP

Senado discute hoje aposentadoria especial

Ciclo de debates sobre reformas previdenciária e trabalhista vai discutir as regras diferenciadas que dão direito ao benefício social para profissões com riscos à saúde

APOSENTADORIA ESPECIAL SERÁ tema de audiência interativa hoje, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Requerida por Paulo Paim (PT-RS), será a décima reunião do ciclo de debates sobre as reformas trabalhista e previdenciária.

O benefício da aposentadoria especial é concedido para profissionais de atividades que apresentem riscos à saúde ou que comprometam a integridade física do trabalhador, como policiais e professores, que têm o direito de se aposentar com 30 anos de contribuição para homens e 25 para mulheres.

Nesse tipo de aposentadoria, não é exigido idade mínima e não há aplicação do fator previdenciário. Outra vantagem é que a aposentadoria especial exige menor tempo de contribuição para a Previdência.

A aposentadoria é concedida a quem comprova o exercício do trabalho em condições insalubres ou perigosas



Comissão de Direitos Humanos, presidida por Regina Sousa (C), fará a décima audiência sobre reformas em análise

expostas aos agentes nocivos constantes na lei pelo período de 15, 20 ou 25 anos conforme a agressividade do agente a que o trabalhador esteve exposto. Além disso, é necessário ter no mínimo 180 meses de contribuição na Previdência.

Reformas

A reforma trabalhista foi aprovada no Senado antes

do recesso parlamentar e já está vigor na forma da Lei 13.467/2017. No Senado, o projeto foi analisado por três comissões antes de ir a Plenário, mas nenhuma alteração foi feita no texto aprovado pelos deputados para que o projeto não tivesse que retornar à Câmara.

Uma das alterações promovidas pela reforma é a

regulamentação do trabalho intermitente, modalidade em que é permitido alternar períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade.

Já a reforma previdenciária, em tramitação na Câmara (PEC 287/2017), está sendo analisada também em CPI no

Senado, instalada em abril. A comissão já ouviu representantes do governo, centrais sindicais e os maiores devedores do INSS.

Convidados

Foram convidados, entre outros, o presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira; o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Antônio de Araújo Boudens; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Contee), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho; e o diretor de Orientação Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Emerson Cordeiro Pacheco.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Regulamentação da profissão de agente de saúde está na pauta

Projeto de lei da Câmara que regulamenta a profissão de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias (PLC 56/2017) será debatido em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ainda sem data marcada. A presidente da CAS, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), é a relatora da proposta, que define atribuições, nível de qualificação, jornada e condições de trabalho desses profissionais. As atribuições são distribuídas em atividades privativas, supervisionadas, compartilhadas e integradas.

Agentes comunitários de saúde e de combate às endemias atuam em comunidades com atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde. A categoria realiza, por meio de Educação Popular em Saúde, ações de vigilância, prevenção, conscientização e notificação na área da saúde.

A iniciativa de regulamentação é do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), mas o texto aprovado na Câmara dos Deputados foi o substitutivo do relator da proposta, deputado Valtenir Pereira (PMDB-MT).

Pelo projeto, a jornada de trabalho de 40 horas da categoria, já prevista na legislação, será dividida em 30 horas semanais para as atividades externas de visita domiciliar e demais ações de campo e 10 horas semanais para atividades de planejamento e avaliação das ações, entre outras.

Qualificação

Segundo a proposta, será exigido dos agentes o ensino médio completo, curso de formação inicial de 40 horas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, e curso de aprimoramento de 200 horas a cada 24 meses de atuação.

No entanto, os profissionais que já atuam como agentes comunitários e que não tenham concluído o nível médio poderão permanecer na atividade. Para os profissionais que já exerciam a atividade em outubro de 2006 também não será exigido o ensino fundamental.

Contudo, em localidades onde não haja candidatos com ensino médio suficientes para o preenchimento das

vagas de agente comunitário poderão ser aceitos candidatos com ensino fundamental, que deverão comprovar a conclusão do ensino médio no prazo máximo de três anos.

Pelo projeto, os órgãos ou as entidades da administração direta de estados, do Distrito Federal ou municípios devem oferecer curso técnico de 1.200 horas aos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Moradia

A legislação atual (Lei 11.350/2006) determina que o agente comunitário de saúde resida na área da comunidade em que atua. O PLC, no entanto, permite ao servidor morar em local diverso quando houver risco à integridade física do agente ou de membro de sua família, em decorrência de ameaça por parte de membro da comunidade em que atue.

O projeto também prevê uma indenização de transporte para o trabalhador, visto a necessidade de locomoção inerente à atividade dos agentes comunitários nas suas áreas de atuação.

Colegiado analisa venda fracionada de remédios para animais

A venda fracionada de medicamentos em clínicas veterinárias e pet shops pode se tornar obrigatória.

É o que prevê projeto de lei da Câmara que aguarda relatório de Lídice da Mata (PSB-BA) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Clínicas e pet shops terão que obter uma licença especial da autoridade sanitária estadual. O fracionamento dos medicamentos deverá ser feito pelo veterinário responsável.

No primeiro ano de vigência da lei, caso aprovada, o fracionamento deverá ser de no mínimo 30% das embalagens. Segundo o texto (PLC 59/2017), os fabricantes de medicamentos veterinários vão ter que usar em pelo menos 60% da produção embalagens próprias para a venda fracionada.

Na sua justificativa, o autor, deputado Ricardo Izar (PP-SP), afirma que nem sempre os tratamentos prescritos consomem todo o conteúdo embalado, levando ao desperdício e à perda de recursos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão analisa regras para construção de escolas

Projeto do senador Cristovam Buarque atribui à União a tarefa de definir as condições adequadas e aos estados e municípios a responsabilidade de exigir dos estabelecimentos seu cumprimento

A COMISSÃO DE Educação (CE) retoma suas atividades hoje, quando realiza a primeira reunião do semestre. O primeiro item da pauta é o projeto que estabelece um padrão mínimo para construção e adequação de equipamento pedagógico em estabelecimentos escolares de educação básica.

O PLS 525/2009 determina que estados e municípios exijam comprovação do cumprimento de condições mínimas de estrutura e operação dos estabelecimentos de ensino antes de conceder a eles permissão para funcionar.

De acordo com o texto, a União definirá as condições adequadas de funcionamento para as escolas, relativas à construção e aos materiais pedagógicos.

O projeto, de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), originalmente previa que os governadores e prefeitos que não fizessem essa cobrança às suas redes de ensino poderiam ser punidos com a inelegibilidade para mandatos futuros e para outros cargos.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora do texto na CE, observou que essa norma poderia ser contestada na Justiça, uma vez que apenas leis complementares podem dispor sobre condições de elegibilidade. Assim, a punição foi retirada do texto.

Caso seja aprovado e não haja recurso para votação em Plenário, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, já que tramita em caráter terminativo.

Fiscalização do PNE

Também pode ser votado hoje pela Comissão de Educação o projeto que determina como se dará a fiscalização e o acompanhamento bianual dos resultados do Plano Nacional de Educação (PNE) por parte do Congresso.

O PLS 746/2015 estabelece que o governo federal envie para o Congresso, a cada dois anos, relatório contendo a avaliação sobre o cumprimento das metas previstas no plano. Devem ser indicadas as medidas tomadas e a execução dos programas orçamentários do PNE.

Além disso, a proposta estabelece que a CE e a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados deverão promover, após a apresentação do relatório, audiência pública conjunta, com a presença do ministro da Educação, para discutir o documento e as perspectivas futuras das políticas públicas para a educação.

O projeto também é de autoria de Cristovam Buarque e tem como relatora a senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Caso seja aprovado pela CE, ele poderá seguir diretamente para a Câmara.

A pauta completa da comissão tem 14 itens. Destacam-se o PLS 25/2017, que promove o incentivo ao esporte nas escolas; o PLS 124/2016, que inclui a alfabetização de jovens e adultos entre os critérios de responsabilidade social das universidades; e o PLS 321/2015, que dá mais autonomia aos centros e diretórios acadêmicos estudantis nas universidades.

A reunião da Comissão de Educação terá início às 11h30, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



CCJ, presidida por Lobão (2º à esq.), ao lado de Wilder Morais, analisará texto

Licenciamento anual de veículo poderá depender de recall

O atendimento à convocação das fábricas para reparo de falhas de segurança em veículos (recall) pode se tornar obrigatório. Projeto em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) determina que o licenciamento anual do veículo incluído em lista de recall somente será expedido após a apresentação do comprovante oficial de que o reparo foi feito (PLC 58/2017).

A medida, segundo o autor, deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), é necessária para garantir a segurança dos usuários. Ele argumenta que, mesmo com as campanhas publicitárias dos fabricantes, muitos donos de carros defeituosos não aparecem para fazer os reparos.

“Muitas vezes o veículo não se encontra mais com o primeiro comprador e o novo proprietário não se atenta para a chamada do fabricante. Outras vezes, ao vender o veículo sem ter atendido ao recall, o proprietário original não comunica ao novo dono sobre a convocação”, afirma.

O projeto determina que todos os proprietários de veículos sujeitos a recall precisarão ser avisados por carta registrada, que deverá informar a ocorrência e explicar os procedimentos necessários para sanar os defeitos. As empresas terão que divulgar na internet os números dos chassis dos

veículos convocados para recall.

Os fabricantes deverão comunicar ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) os números dos chassis de todos os veículos após fazer o serviço previsto. O órgão emitirá comprovantes para os que compareceram ao chamado e cujos veículos foram reparados.

A convocação por carta e a comunicação às autoridades de trânsito deverão ser complementadas por anúncios publicitários, já previstos na legislação em vigor, sobre a ocorrência de problemas que exijam o recall dos veículos.

O projeto propõe alterações no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) e no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997).

O PLC 58/2017 estabelece regras para todos os produtos com defeitos, determinando que o fornecedor deverá comunicar o fato ao consumidor por meio de correspondência registrada. Na carta, é necessário informar sobre os procedimentos a serem tomados para resolver o problema. A proposta mantém a obrigatoriedade de informação às autoridades competentes e a publicação de anúncios publicitários.

O projeto (PLC 58/2017) aguarda designação do relator na CCJ. Depois, vai para a Comissão de Defesa do Consumidor (CTFC).



Projeto de lei abre a pauta, depois do recesso parlamentar, da Comissão de Educação, presidida por Lúcia Vânia (E)

Projeto prorroga bolsa de estudo em caso de maternidade

Aguarda designação de relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o projeto de lei que permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

O PLC 62/2017, da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), foi aprovado pela Câmara no mês passado e seguirá para votação no Plenário do Senado depois de passar pela CE.

O projeto estabelece que as bolsas de estudo ou pesquisa

concedidas por agências de fomento, que tenham duração mínima de 12 meses, poderão ter os prazos prorrogados por até 120 dias. A concessão ocorrerá depois de comprovado o afastamento do bolsista em virtude da ocorrência de parto, bem como de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, durante o período de vigência da bolsa.

Durante a prorrogação, ficará proibida a suspensão do pagamento da bolsa. Poderão requerer a prorrogação bolsistas de mestrado, doutorado,

graduação sanduíche, pós-doutorado ou estágio sênior. O texto proíbe a concessão de prorrogação a mais de um bolsista, quando decorrente do mesmo processo de adoção e guarda. Se ocorrer a morte da bolsista, o cônjuge ou companheiro que também seja bolsista poderá usufruir do período restante da prorrogação concedida, exceto se houver o falecimento do filho ou a desistência da adoção.

O afastamento temporário deverá ser comunicado à agência de fomento e a

comunicação deverá estar acompanhada da confirmação do curso em que esteja matriculado o bolsista ou a bolsista, especificadas as datas de início e de término efetivos, além dos documentos comprobatórios da gestação, nascimento, adoção ou guarda judicial, conforme o caso.

As principais agências de fomento a estudos e pesquisas no Brasil são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as fundações de amparo à pesquisa.

As novas regras beneficiariam, sobretudo, aqueles com bolsas de períodos menores e de agências de fomento estaduais. A Capes e o CNPq já têm normas internas que concedem prorrogação a bolsistas que recebem o auxílio por 24 meses ou mais (mestrado e doutorado). A novidade, nesse caso, é o reforço legal e também a extensão para os casos de adoção.

Comissão analisa hoje pena maior para exploração irregular de minério

Projeto de lei pune com mais rigor quem, por exemplo, extrair de forma irregular areia de vales, rios e matas ciliares. A pena máxima de prisão pode passar de 1 ano para 5 anos, mais multa

PROJETO DE LEI que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença ou em desacordo com a liberação obtida do poder público está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O autor do PLS 63/2017, Davi Alcolumbre (DEM-AP), propõe que os infratores, hoje punidos com seis meses a um ano de detenção, recebam pena de um a cinco anos de reclusão, mantida a aplicação de multa. O tratamento mais rigoroso, segundo o senador,

justifica-se pelo aumento da extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares.

Davi observa que essa atividade provoca erosão e descompactação do solo, dando origem, em muitos casos, à desertificação.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação da proposta, que tem decisão final na comissão. Se aprovada, deverá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para que a votação final no Senado seja em Plenário.



Davi Alcolumbre observa que atividade provoca danos ao solo e até desertificação

A pauta da comissão inclui outros 16 itens. O colegiado também analisará o plano de trabalho proposto pelo senador Cidinho Santos (PR-MT), relator de uma das políticas

públicas que serão avaliadas pela comissão em 2017. O tema escolhido são os programas governamentais para revitalizar bacias hidrográficas de domínio da União.

Colegiado pode votar novas regras para identificar transgênico

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promove reunião amanhã, às 14h, com três itens na pauta de votações. O primeiro deles é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 34/2015, que muda as regras para identificação de alimentos transgênicos.

De acordo com a proposta, apresentada pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), os produtores não precisarão mais informar no rótulo do produto a existência de organismos geneticamente modificados (OGMs) se a concentração for inferior a

1% da composição total.

Caso a concentração de OGMs seja superior, os produtores devem incluir a informação no rótulo, tanto nos produtos embalados sem a presença do consumidor, quanto nos alimentos vendidos a granel ou in natura.

Mas, em vez da letra T em triângulo amarelo utilizada atualmente, a embalagem deverá conter uma indicação escrita de que o produto é transgênico ou contém ingrediente geneticamente modificado.

Caso fique comprovado

que o alimento não contém OGMs, o rótulo pode incluir a expressão “livre de transgênicos”.

O PLC 34/2015 recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Ciência e Tecnologia. Na CRA, o relator é o senador Cidinho Santos (PR-MT), favorável à aprovação.

A proposta ainda será votada pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente (CMA).

Novas flores

O colegiado pode votar o PLC 88/2014, que libera da inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC) o produtor de flores que desenvolver uma nova cor de azaleia, violeta, orquídea ou astromélia.

A proposta modifica a Lei 10.711/2003, que regulamentou o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, para desobrigar do RNC as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público.

O projeto de lei, no entanto, mantém a exigência de inscrição para plantas com direito

de patente.

O relator do PLC 88/2014 na CRA é o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que já apresentou parecer favorável à proposta.

Defesa agropecuária

Outro projeto que pode ser votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é o PLS 379/2016, que disciplina a distribuição de recursos do Orçamento para a defesa agropecuária.

A proposta estabelece a transferência direta dos recursos para estados, Distrito Federal e municípios e parâmetros para calcular a proporcionalidade dos repasses às ações de inspeção da saúde de animais e vegetais.

O autor, senador Roberto Muniz (PP-BA), afirma que o objetivo é garantir o desenvolvimento de uma agropecuária competitiva, com a possibilidade de planejamento e gestão financeira do setor.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é favorável à proposta e apresentou emendas.



Cidinho relata liberação de aviso para produto com menos de 1% de OGMs

Uso de animais em testes deve passar por mais uma comissão

O projeto de lei que proíbe o uso de animais em testes para a produção de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal pode ser votada em mais uma comissão do Senado antes de ser analisada pelos senadores no Plenário.

Um requerimento do senador Armando Monteiro (PTB-PE) pede que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 70/2014 seja examinado também na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta já foi discutida nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Meio Ambiente (CMA). Nesta última, ainda falta analisar o relatório do senador Jorge Viana (PT-AC).

Exceção

O projeto de lei também veda o comércio de produtos testados em animais e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações, de acordo com o relatório do senador Ran-

dolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto aprovado na CCT prevê que, após consulta à sociedade, a autoridade sanitária poderá autorizar excepcionalmente o uso de animais em testes, caso surja um problema de saúde humana relacionado ao ingrediente e se não houver um método alternativo de testagem.

— Abrimos essa situação para casos excepcionalíssimos, de extrema calamidade

pública, de gravíssimo risco sanitário, que esteja em risco a saúde da população e que seja necessário retomar esse tipo de teste. Trouxemos cláusula já existente na legislação mundial, notadamente na legislação europeia — afirmou Randolfe.

O senador propôs o prazo de três anos para que as empresas atualizem sua política de pesquisa e desenvolvimento e adaptem sua infraestrutura para um modelo de inovação responsável.

Projeto torna furto em dutos de derivados de petróleo crime

Com relatório pela aprovação, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar nesta semana o projeto que tipifica os crimes de subtração e receptação de derivados de petróleo em dutos de movimentação de combustíveis.

O PLS 182/2017, de Simone Tebet (PMDB-MS), altera a Lei 8.176/1991, tendo em vista os prejuízos e riscos à população decorrentes desse tipo de crime. Na justificativa do projeto, a senadora recorda o caso da Vila Socó, em Cubatão (SP), na década de 1980, quando um duto se rompeu e espalhou gasolina pela área de mangue. O número de vítimas registradas foi de 93, mas estima-se que morreram 500 pessoas.

Punição

O texto estabelece penas de 1 a 5 anos de reclusão e multa, podendo chegar a 30 anos de cadeia caso o delito provoque morte. E estabelece punição para quem receptor o combustível furtado.

No Brasil há 30 mil quilômetros de dutos terrestres e submarinos, que vêm sendo alvo de ataques crescentes. Simone destacou que o desvio clandestino de combustíveis já é considerado a quarta atividade ilegal mais rentável no mundo, envolvendo US\$ 10,8 bilhões por ano. Na Colômbia, uma legislação rígida sobre o roubo de combustíveis, em vigor desde 2006, permitiu a erradicação quase completa do crime.

Em seu voto, o relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ) considera que o Código Penal — que estabelece os crimes de furto e receptação — é pouco específico diante da necessidade de proteger os dutos de derivados de petróleo. Para ele, o projeto “protege interesses transindividuais que atingem toda uma coletividade, muitas vezes de forma permanente, a exemplo dos possíveis danos ambientais”.

A decisão da CCJ é terminativa — se o texto for aprovado e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara.



Simone Tebet, autora do projeto que trata de desvio de petróleo